Editora Solução
a solução para o seu concurso!

TJ-PB

500 Questões Gabaritadas

Analista Judiciário – Área Judiciária

SL-100OT-26
7901183011124

SÉRIE PRATICANDO

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Ética e Gestão no Serviço Público 17
3. Noções de Informática e Proteção de Dados 29
4. Direito Constitucional 41
5. Direito Administrativo 57
6. Direito Civil e Direito do Consumidor 73
7. Direito Processual Civil 91
8. Direito Penal 111
9. Direito Processual Penal 125
10. Direitos Humanos e Tutela Coletiva 141

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2023)

As questões notacionais da Língua Portuguesa se referem, entre outras coisas, a palavras e expressões que frequentemente provocam dúvidas em relação à sua ortografia.

A esse respeito, assinale a opção ortograficamente **correta**.

(A) A cerca de vinte carros enguiçados na avenida.

(B) Os livros foram vendidos há cerca de dez semanas.

(C) Os clientes esperaram o médico a cerca de duas horas.

(D) O padre falou por horas há cerca do pecado original.

(E) Os policiais estavam acerca de cem metros do assaltante.

2. (FGV - 2023)

Entre as opções a seguir, assinale aquela em que o aumentativo sublinhado perdeu o valor de aumentativo, designando uma outra realidade.

(A) O entregador tocou a campainha e esperou no portão.

(B) O fazendeiro tinha um cachorrão para vigiar a plantação.

(C) O panelão da feijoada já estava sobre o fogão.

(D) O apartamento tinha um varandão na frente.

(E) Na parte de trás, havia um terrenão para o plantio de frutas.

3. (FGV - 2022)

Nas frases abaixo, os adjetivos sublinhados estão relacionados à ideia de "movimento".

Assinale a opção na qual o adjetivo foi selecionado adequadamente para o contexto da frase.

(A) Assim que a orquestra iniciou a valsa, os formandos começaram a dançar com movimentos frenéticos.

(B) Os soldados, perfeitamente perfilados, exibiam uma marcha ritmada.

(C) O passante sofreu um ataque e caiu ao chão com movimentos oscilantes.

(D) O pêndulo do relógio mostrava um movimento giratório.

(E) O mar se chocava contra as rochas com força convulsiva.

4. (FGV - 2024)

Assinale a frase abaixo que exemplifica corretamente um adjetivo no grau superlativo absoluto.

(A) A situação dos habitantes de algumas cidades gaúchas ficou extremamente grave.

(B) A questão do uso das câmeras pelos policiais é um dos problemas mais discutidos do momento.

(C) O problema da educação no Brasil talvez seja mais grave que o problema da saúde.

(D) O problema dos altos salários em algumas funções públicas é visto como menos grave do que outros desequilíbrios pelos políticos.

(E) O célebre piloto Ayrton Senna era tão corajoso quanto prudente em suas corridas.

5. (FGV - 2023)

Observe a seguinte frase: "Nunca roubes: desse modo, nunca terás sorte nos teus negócios. Procura ludibriar apenas".

Toda essa frase mostra o tratamento na segunda pessoa do singular; se a passarmos para a terceira pessoa do singular, a forma correta dessa frase seria:

(A) Nunca roubes: desse modo nunca terá sorte nos seus negócios. Procure ludibriar apenas;

(B) Nunca roube: desse modo nunca terá sorte nos seus negócios. Procure ludibriar apenas;

(C) Nunca roube: desse modo nunca terás sorte nos seus negócios. Procure ludibriar apenas;

(D) Nunca roube: desse modo nunca terá sorte nos teus negócios. Procure ludibriar apenas;

(E) Nunca roube: desse modo nunca terá sorte nos seus negócios. Procura ludibriar apenas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. (FGV - 2023)

Assinale a frase em que o pronome possessivo indica a propriedade material de algo.

(A) O homem não pode montar nas suas costas a não ser que elas se inclinem.

(B) O problema de morar sozinho é que sempre é a nossa vez de lavar a louça.

(C) Adulação é a moeda falsa que só está em circulação graças à nossa vaidade.

(D) Ame seus vizinhos, mas não derrube a cerca.

(E) Cuidado com os bolsos das suas calças!

7. (FGV - 2023)

Assinale a frase em que a preposição para tem valor semântico diferente do das demais frases.

(A) Eu gosto do trabalho. Ele me fascina. Posso sentar e olhar para ele por horas.

(B) Os turistas caminharam para a catedral da cidade, famosa por suas pinturas.

(C) Para o ministro, a luta contra as injustiças sociais deve ser o principal do programa presidencial.

(D) A solução para resolver os problemas da pesquisa era ir para a biblioteca.

(E) Um casal deve caminhar sempre para a mesma meta.

8. (FGV - 2022)

Em todos os segmentos abaixo, foram suprimidos os conectores lógicos que faziam ligações entre os segmentos.

A opção em que um conector lógico estabelece uma relação lógica adequada ao contexto, independentemente de modificações na construção, é:

(A) O viajante não percorreria mais o trajeto de trem, pois os vagões estavam muito cheios / havia, entre os passageiros, rumores de greve; - além de que;

(B) Esse filme referido aqui foi fantástico e digno de todos os elogios feitos / o começo da trama se desenrolou lentamente; - visto que;

(C) Em matéria de segurança nas estradas, trata-se mais de educar o público / é preciso criar consciência dos perigos; - portanto;

(D) Como ser aprovado neste concurso? Estudando muito / estudando metódica e organizadamente; - e assim;

(E) João não estava presente no recinto. Ele está doente / ele não encontrou o endereço; - ou seja.

9. (FGV - 2022)

Em todas as frases a seguir, a forma verbal destacada está relacionada à ação de cair.

Assinale a opção que indica a frase em que a seleção do verbo está **corretamente** feita.

(A) A tarde tombou de súbito e a noite se aproximou rapidamente.

(B) O palanque, pelo peso excessivo, desmoronou.

(C) A pedra despencou do alto do morro sobre o povoado.

(D) Por causa das chuvas, o muro demoliu sobre o asfalto.

(E) Tropecei na cadeira da sala e precipitei-me no sofá.

10. (FGV - 2022)

O ex-presidente americano Thomas Jefferson declarou que "Fundamental é aplicar a lei a homens de todas as condições". O segmento sublinhado traz um verbo no infinitivo e, por isso, a oração em que esse segmento está inserido denomina-se reduzida de infinitivo. A forma de oração desenvolvida adequada desse segmento é

(A) que se aplicasse.

(B) que a lei fosse aplicada.

(C) a lei ser aplicada.

(D) a aplicação da lei.

(E) que se aplique.

11. (FGV - 2023)

As frases a seguir mostram ações sem seus agentes correspondentes identificados. Assinale a única frase que tem a estratégia dessa marca corretamente identificada.

(A) Neva bastante no sul do país quase todo inverno / verbos transitivos na forma impessoal.

(B) Ocorreu um acidente na esquina da rua / verbos intransitivos, com sujeito posposto.

(C) Este ano, editou-se um grande número de livros / construção com sujeito indeterminado.

(D) Está mais ou menos certo que o homem de Neanderthal não é nosso ancestral / verbo ser, em construções clássicas.

(E) Destruíram vários ônibus na cidade do Rio / sujeito indeterminado com verbo na terceira pessoa do plural

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (FGV - 2023)

A atuação de um líder com personalidade dominadora, que toma decisões e fixa diretrizes sem buscar qualquer contribuição dos colaboradores, significa a adoção do estilo de liderança

(A) consultivo.
(B) democrático.
(C) laissez-faire.
(D) autocrático.

2. (FGV - 2022)

Relacione as funções básicas de um líder listadas a seguir a alguns de seus aspectos.

1. Motivar
2. Gerenciar
3. Avaliar

( ) Desempenho individual e da equipe; autocrítica.
( ) Espírito de equipe; disciplina; crescimento profissional.
( ) Delegar tarefas; identificar necessidades; dirimir conflitos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

(A) 1 – 3 – 2.
(B) 2 – 1 – 3.
(C) 2 – 3 – 1.
(D) 3 – 1 – 2.
(E) 3 – 2 – 1.

3. (FGV - 2024)

A liderança está intrinsecamente relacionada aos conceitos de poder e autoridade, ambos desempenhando papéis fundamentais como ferramentas de influência sobre os demais.

Estabeleça a correspondência entre os cinco tipos de poder existentes e as situações em que ocorrem.

1. Poder de perícia 2. Poder de referência 3. Poder legitimado 4. Poder coercitivo 5. Poder de recompensa

( ) Quando B aceita um conjunto de normas que dizem que deve aceitar a influência de A.
( ) Quando B percebe que A tem conhecimento, experiência ou competência especial em uma situação.
( ) Quando A tem o poder de conceder prêmios ou benefícios a B.
( ) Quando B deseja ser igual a A ou se identifica com A.
( ) Quando A tem poder de aplicar punições ou castigos a B.

Assinale a opção que apresenta a relação **correta**, na ordem dada.

(A) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
(B) 3 – 2 – 5 – 1 – 4.
(C) 3 – 1 – 5 – 2 – 4.
(D) 3 – 1 – 4 – 2 – 5.
(E) 1 – 3 – 2 – 5 – 4.

4. (FGV - 2024)

Os processos relacionados aos grupos dentro das organizações são essenciais para o funcionamento eficaz e a dinâmica harmoniosa dos ambientes de trabalho. Eles incluem aspectos como equipes e processos sociais, liderança, comunicação, tomada de decisão, conflito, poder e política. Esses processos moldam a dinâmica organizacional e influenciam diretamente o desempenho das equipes e organizações.

Assinale a opção que indica a competência que compreende confiança e vontade de transladar palavras em ações.

(A) Motivação para liderar.
(B) Autoconfiança.
(C) Inteligência emocional.
(D) Integridade.
(E) Poder socializado.

5. (FGV - 2024)

Entre as diferentes teorias de liderança, aquela que enfatiza a capacidade dos líderes de inspirar e motivar seus seguidores a transcenderem seus interesses em prol da organização, é conhecida como teoria

(A) da liderança transformacional.
(B) dos traços.
(C) transacional da liderança.
(D) da liderança servidora.
(E) do Caminho-Meta.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. (FGV - 2024)

Maria foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha. Embora trabalhe na organização há pouco tempo, os membros da equipe respeitam sua autoridade.

As tarefas realizadas pela equipe são pouco estruturadas, com demandas variadas de difícil previsão, o que dificulta seu planejamento.

Na situação descrita, com base na teoria de liderança caminho-meta (ou teoria da meta e do caminho), o estilo de liderança que proporcionaria maior satisfação aos membros da equipe seria:

(A) diretivo;
(B) persuasivo;
(C) participativo;
(D) apoiador (compreensivo);
(E) realizador (orientado para a conquista).

7. (FGV - 2025)

Embora estejam relacionadas, liderança e gestão não são a mesma coisa. Um gestor pode ou não ser um líder, e vice-versa. Entre suas distinções principais estão as formas de lidar com metas, pessoas, execução de planos e resultados.

A partir dessa diferenciação, o papel do líder se distingue do gestor por

(A) comparar resultados com padrões e corrigir desvios.
(B) estruturar equipes com base nas exigências da função.
(C) agir conforme o orçamento aprovado e as metas definidas.
(D) garantir previsibilidade e controle nas operações do dia a dia.
(E) influenciar pessoas a superar barreiras e alcançar objetivos coletivos.

8. (FGV - 2024)

Avalie a situação a seguir.

Duas pessoas, em uma sala de biblioteca, discutem sobre manter uma janela aberta ou fechada. Por fim, decidem abrir a janela ao lado, em vez da janela à sua frente, como inicialmente sugerido.

Assinale a opção que indica o modo pelo qual foi administrado o conflito apresentado no trecho acima.

(A) Acomodação.
(B) Dominação.
(C) Compromisso.
(D) Arbitragem.
(E) Solução integrativa de problemas.

9. (FGV - 2024)

Negociação é um processo de comunicação de mão dupla que visa chegar a uma decisão conjunta. Esse processo de comunicação preocupa-se com a satisfação das necessidades de ambas as partes, indicando uma tendência para uma negociação ganha-ganha. Assinale a opção que apresenta uma habilidade básica em negociação.

(A) Evitar estruturar um relacionamento em função de um acordo.
(B) Discutir conjecturas com as partes.
(C) Ter subjetividade no equacionamento de problemas.
(D) Conjugar os relacionamentos pessoais e os interesses.
(E) Apresentar propostas abstratas.

10. (FGV - 2024)

Um gestor de pessoas que busca estimular o conflito entre os colaboradores da organização, por acreditar que a sua existência promova criatividade e evita a acomodação, é adepto da visão

(A) tradicional.
(B) estrutural.
(C) crítica.
(D) interacionista.
(E) relacional.

11. (FGV - 2026)

A interdependência entre unidades organizacionais influencia diretamente o potencial de conflito em situações de negociação interna. Quanto maior o grau de interdependência, maior a probabilidade de atritos relacionados a entregas, fluxos de informação ou dependência mútua entre departamentos. Essa interdependência pode assumir diferentes formas, variando em complexidade e intensidade das interações.

Considerando as principais formas de interdependência de tarefas, aquela que apresenta o maior potencial de gerar conflitos é a interdependência

(A) conjunta, caracterizada por unidades que operam de maneira autônoma e com pouca interação.
(B) sequencial, em que a saída de uma unidade se torna a entrada da outra em ordem linear.
(C) paralela, na qual atividades são realizadas simultaneamente, porém sem troca estruturada de informações.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

1. (FGV - 2023)

Acerca da aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei n° 13.709/18), incorreto afirmar que a LGPD será aplicada

(A) quando a operação de tratamento for realizada no território nacional.

(B) apenas quando a operação de tratamento for realizada com dados pessoais de brasileiros ou de pessoas com visto de permanência no Brasil.

(C) quando a atividade de tratamento tiver por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizado no território nacional.

(D) quando os dados pessoais objeto do tratamento tiverem sido coletados no território nacional.

(E) quando os dados pessoais objeto do tratamento tiverem sido analisados no território nacional.

2. (FGV - 2025)

Uma organização da sociedade civil, que tem entre seus objetivos o de defender as vítimas de persecução ilícita praticada por quaisquer estruturas estatais de poder, decidiu ingressar em juízo com ação coletiva, em defesa dos seus associados, visando ao reconhecimento da ilicitude do uso de dados pessoais, em processos de responsabilização individual, nas distintas instâncias existentes, à margem dos balizamentos estabelecidos pela Lei Geral de Proteção dos Dados Pessoais (LGPD).

O magistrado competente, ao analisar o processo, concluiu corretamente, à luz da LGPD, que:

(A) podem ser utilizados dados pessoais na investigação penal, à margem dos balizamentos estabelecidos por esse diploma normativo;

(B) é inviável a atuação coletiva da referida organização da sociedade civil, pois os dados pessoais têm natureza personalíssima;

(C) não deve ser admitido o uso de dados pessoais, dos próprios indivíduos implicados, em processos de responsabilização individual, qualquer que seja a instância;

(D) pode ser admitido o uso de dados pessoais, em todas as instâncias de responsabilização, desde que seja precedido de autorização judicial, observados os balizamentos da LGPD;

(E) o uso de dados pessoais importa no seu tratamento, que pode ser realizado por todos os órgãos estatais competentes para promover a responsabilização individual, nos termos da LGPD, desde que a obtenção desses dados decorra de autorização judicial.

3. (FGV - 2025)

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, abrangendo tanto ambientes físicos quanto digitais. Aplicável a indivíduos e empresas, sejam elas públicas ou privadas, a legislação visa assegurar a privacidade, a segurança e o controle das informações pessoais, reforçando os direitos fundamentais à liberdade e ao livre desenvolvimento da personalidade.

Com base nos princípios e fundamentos da LGPD, avalie se representam fundamentos da LGPD.

I. Autodeterminação informativa **II**. Respeito à privacidade **III**. Direito ao anonimato de expressão

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I, II, apenas.

(D) II, III, apenas.

(E) I, II, III.

4. (FGV - 2023)

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018) constitui uma complexa regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Sobre seus dispositivos, é **INCORRETO** afirmar que:
(A) entre os fundamentos da disciplina da proteção de dados pessoais estão o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais;
(B) excluem-se do âmbito territorial de aplicação da LGPD, os dados pessoais provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na Lei;
(C) o tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais não são incluídos no âmbito de aplicação da LGPD;
(D) o consentimento dado pelo titular, para o tratamento de seus dados pessoais, poderá ser por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular, não sendo necessária cláusula destacada das demais cláusulas contratuais, quando fornecido por escrito;
(E) dado pessoal sensível é aquele que trata sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

5. (FGV - 2026)

Uma plataforma digital de intermediação de serviços domésticos passou a tratar dados pessoais de seus usuários (prestadores e contratantes), incluindo histórico de contratações, avaliações, localização aproximada e registros de comunicação interna.

Com base nesses dados, a empresa implementou um sistema automatizado de perfilização comportamental, com a finalidade de (i) sugerir profissionais mais adequados aos contratantes e de (ii) identificar usuários com alto risco de fraude, podendo restringir preventivamente o acesso à plataforma.

A empresa fundamentou o tratamento exclusivamente no legítimo interesse, sem coletar consentimento. Não realizou relatório de impacto à proteção de dados, tampouco forneceu informações claras sobre a lógica envolvida no tratamento automatizado, limitando-se a uma cláusula genérica em sua política de privacidade.

Um usuário teve sua conta suspensa automaticamente, sem explicação específica, e ajuizou ação alegando violação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Considerando a situação hipotética, e com base na LGPD, assinale a afirmativa correta.

(A) O tratamento é lícito, pois o legítimo interesse dispensa transparência específica e autoriza decisões automatizadas, desde que voltadas à segurança da plataforma.
(B) O tratamento é lícito apenas quanto à recomendação de serviços, sendo ilícito quanto à restrição automatizada de acesso, pois viola as legítimas expectativas do titular e exige maior grau de transparência e salvaguardas.
(C) O tratamento é ilícito em ambas as finalidades, pois o legítimo interesse não pode fundamentar perfilização comportamental.
(D) O tratamento é lícito, mas apenas se a empresa comprovar que os dados tratados são úteis, ainda que não estritamente necessários à finalidade pretendida.
(E) O tratamento é ilícito exclusivamente porque não houve consentimento do titular, sendo este sempre exigido para decisões automatizadas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2024)

Determinado grupo de estudos voltado à compreensão e ao aperfeiçoamento da legística, analisou os distintos aspectos afetos à emissão de normas de qualidade e de certificações no âmbito da iniciativa privada, calcadas em uma perspectiva voluntarista e de caráter geral, de modo a generalizar e a uniformizar certas práticas, evitando, com isso, a normatização estatal.

Ao final de suas conclusões, o grupo concluiu corretamente que as referidas práticas

(A) importam em usurpação da atividade legislativa, devendo ser comprimidas e limitadas ao mínimo necessário.

(B) somente devem ser admitidas quando existir permissivo legal expresso, de modo que o legislador estatal possa delimitar o seu âmbito de desenvolvimento.

(C) por estarem lastreadas no voluntarismo, criam uma aporia em relação aos fins que alegadamente se propõem a alcançar, daí decorrendo uma incoerência conceitual.

(D) são compatíveis com o Estado Democrático de Direito, na medida em que privilegiam as escolhas realizadas pelos destinatários em potencial das leis, evitando a imposição estatal.

(E) devem permanecer adstritas ao âmbito corporativo, sem gerar efeitos sobre as escolhas realizadas pelo consumidor, as quais não podem ser influenciadas pelo cumprimento, ou não, dessas normas.

2. (FGV - 2023)

Leia o trecho a seguir.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Assim, o Brasil firma-se em fundamentos constitucionais, dentre os quais destaca-se a Soberania Nacional, entendida como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. Na esfera internacional, o Brasil atua conforme os princípios elencados no Art. 4o da Constituição Federal.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2020.

Entre os princípios das relações internacionais que não foram incorporados pela Constituição Federal, encontra-se o pertinente

(A) à concessão de asilo político.

(B) à governança global liberal.

(C) à prevalência dos direitos humanos.

(D) ao repúdio ao terrorismo e ao racismo.

(E) à não intervenção.

3. (FGV - 2024)

Determinada guarnição da Polícia Militar de São Paulo capturou, em flagrante, Caio, acusado de praticar o crime de racismo, encaminhando-o, na sequência, à Delegacia de Polícia. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autoridade policial

(A) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza inafiançável.

(B) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza inafiançável.

(C) poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza afiançável.

(D) poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza afiançável.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

4. (FGV - 2024)

Alarmada com os resultados das mudanças climáticas, em diversos lugares do mundo, a Organização das Nações Unidas produziu um tratado internacional de direitos humanos de abrangência global, obrigatório para seus aderentes e destinado a impor aos Estados-partes uma série de condutas, de ordem preventiva e repressiva, visando à proteção das pessoas em casos de calamidade ambiental. Apesar da existência desse documento, o Brasil não havia ainda feito sua adesão, quando ocorreram os somatórios de fatores humanos e não humanos que culminaram nas cheias dos rios e alagamento total de inúmeras cidades de determinado ente federativo. Com olhos no que positivado na Constituição brasileira de 1988, é correto afirmar que:

(A) as normas decorrentes de tratado internacional do qual o Brasil não é parte ingressam na ordem jurídica nacional automaticamente, especialmente por ser ele integrante da Organização das Nações Unidas;

(B) no trâmite de internalização do tratado internacional de direitos humanos mencionado, na fase atinente ao Parlamento nacional, para ter status constitucional, a aprovação deve guardar absoluta similitude à exigência de aprovação de emenda constitucional;

(C) o Presidente da República tem autorização constitucional para delegar ao governador do mencionado ente federativo a atribuição de celebrar tratado internacional de direitos humanos, que então poderá ter abrangência nacional;

(D) as normas que veiculam direitos e garantias fundamentais, entendidas aí as concernentes aos direitos humanos, precisam de intermediação legislativa interna, a partir da atividade do Congresso Nacional, na produção da espécie normativa lei ordinária;

(E) o governador do aludido ente federativo, ao ver a inércia do Brasil em aderir ao citado tratado internacional, poderia fazer o trâmite de internalização do documento em âmbito estadual, para aplicação nos seus limites, contando com a participação de sua assembleia legislativa.

5. (FGV - 2022)

O sigilo telemático é direito fundamental estabelecido no Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal de 1988. O avanço nos meios de comunicação provocou transformações no âmbito de proteção deste direito, bem como a respeito de eventual afastamento de tal direito em casos concretos.

A esse respeito, assinale a afirmativa **correta.**

(A) O provedor de Internet pode ser compelido a fornecer o registro de acesso a aplicações de Internet, desde que presentes fundados indícios da ocorrência de ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.

(B) A disseminação de notícia falsa por meio de redes sociais não está abrangida pela liberdade de expressão. Todavia, diante da ausência de previsão legal específica, os tribunais não podem determinar sua remoção, conforme entendimento firmado pelo STF em sede de repercussão geral.

(C) Cláusula contratual firmada em contrato de fornecimento de serviço de acesso à Internet pode afastar o sigilo de comunicações privadas pela Internet, desde que seja escrita e com visto específico.

(D) O usuário tem direito à inviolabilidade e ao sigilo de suas comunicações pela Internet, salvo por ordem judicial ou autoridade administrativa, neste último caso, na forma de regulamento expedido pela ANATEL.

(E) O sigilo telemático não engloba a proteção a conversas ocorridas em aplicativos de mensagens.

6. (FGV - 2023)

Maria, cidadã mexicana, reside há um ano no território brasileiro. Como sua permanência no Brasil se estendia no tempo, decidiu consultar um advogado a respeito da possibilidade, ou não, de invocar os direitos fundamentais consagrados na Constituição da República de 1988.

O advogado respondeu, corretamente, que os referidos direitos:

(A) somente são reconhecidos aos brasileiros natos e, nos limites estabelecidos pelo ato de naturalização, aos brasileiros naturalizados, não a estrangeiros como Maria;

(B) podem ser fruídos por Maria, observadas as distinções estabelecidas pela ordem constitucional em relação aos brasileiros;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2022)

João é auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa e está lotado no Instituto Médico Legal. No exercício de suas funções, João recebeu o cadáver de um homem para limpeza e preparo para a autópsia. Ao abrir o invólucro onde o corpo estava acondicionado, João imediatamente reconheceu que o corpo era de seu vizinho José, seu desafeto de longa data. Tendo em vista que João também se considera inimigo de toda a família do agora falecido José e com o objetivo de prejudicar os parentes de seu vizinho, o policial resolveu atrasar ao máximo a autópsia do cadáver e deixou o corpo em local impróprio, por prazo muito superior ao previsto nas normas aplicáveis.

Agindo da forma antes narrada, João violou diretamente o princípio expresso da administração pública da:

(A) autotutela, pois deve tratar todos os cidadãos com igualdade, independentemente de serem seus amigos ou inimigos;

(B) moralidade, pois, como conhece a família do falecido, deveria ter dado prioridade para a conclusão da perícia;

(C) impessoalidade, pois deve agir na busca do interesse da coletividade, sem beneficiar nem prejudicar alguém em especial;

(D) finalidade, pois deve conciliar seu interesse particular com o público, de maneira a não prejudicar seus desafetos ou os familiares destes;

(E) continuidade, pois, como é inimigo do falecido e de sua família, deveria ter pedido a um estagiário para prosseguir com as atividades de preparo do corpo.

2. (FGV - 2022)

Marta é a nova Delegada de Polícia Civil que acaba de assumir a titularidade da Xª DP. Marta está realizando correições internas e editando ordens de serviço, buscando prestar um serviço público à população com mais qualidade, menos gastos, mais presteza e, acima de tudo, visando a um bom desempenho funcional de todos os policiais lotados na delegacia, para beneficiar a coletividade.

As providências adotadas por Marta se encaixam no princípio expresso da administração pública da

(A) eficácia.

(B) celeridade.

(C) produtividade.

(D) impessoalidade.

(E) eficiência.

3. (FGV - 2025)

Ismar Viana destaca que é necessário "...afastar das atividades de controle o agente a quem é atribuído o mister de executar outras funções, tendo em vista que, no regular exercício da função de controle, quem controla não deve executar, quem executa não deve controlar." (2019, p.12)

O princípio da atividade de controle da Administração Pública a que se refere o autor é o

(A) da probidade.

(B) da objetividade.

(C) da impessoalidade.

(D) da segregação de funções.

(E) do ceticismo profissional.

4. (FGV - 2024)

Antes de tomar uma decisão em um processo administrativo em curso que versa sobre matéria complexa e de interesse geral, o órgão público competente no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública para a manifestação de terceiros.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

(A) impessoalidade.

(B) boa-fé objetiva.

(C) continuidade.

(D) participação.

(E) moralidade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. (FGV - 2025)

Os atos administrativos podem apresentar vícios, sendo certo que, a depender dos elementos do ato sobre os quais recaiam, tais vícios podem ser considerados vícios sanáveis (passíveis de convalidação) ou vícios insanáveis.

Os elementos do ato administrativo apresentam vícios considerados insanáveis:

(A) competência e forma, caso o ato seja discricionário.

(B) forma e finalidade, na hipótese de ato discricionário.

(C) objeto e competência, exclusivamente para os atos vinculados.

(D) finalidade e motivo, tanto para os atos vinculados quanto para os discricionários.

(E) motivo e competência, apenas em relação aos atos vinculados.

6. (FGV - 2022)

Em operação conjunta da Polícia Civil (representada por inspetores de polícia, no combate a crimes contra as relações de consumo) com o Município (representado por agentes de vigilância sanitária municipal na repressão a atos infracionais), os agentes públicos constataram que a padaria diligenciada estava repleta de ratos e expondo à venda produtos impróprios para o consumo. Além das providências em âmbito criminal adotadas pelos policiais, diante da urgência que se impunha e com base em expressa previsão legal, os agentes municipais interditaram a padaria.

A citada interdição é um ato administrativo com atributo da:

(A) imperatividade, que é um meio de execução direta do ato administrativo, mediante imprescindível e prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório diferido pelo particular interessado;

(B) exigibilidade, que é um meio legítimo de coerção direta do ato administrativo, assegurado o posterior controle jurisdicional e admitido o contraditório imediato pelo particular interessado;

(C) tipicidade, que é um meio de coerção indireta do ato administrativo que prescinde de prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório imediato pelo particular interessado;

(D) autoexecutoriedade, que é um meio de execução direta do ato administrativo que prescinde de prévio controle jurisdicional, admitido o contraditório diferido pelo particular interessado;

(E) presunção de legitimidade, que é um meio legítimo de execução direta do ato administrativo, desde que assegurado o contraditório imediato pelo particular interessado.

7. (FGV - 2024)

1º cenário: o Presidente da República indicou Caio ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, após a aprovação pelo Senado Federal, Caio foi nomeado, tomando posse na Suprema Corte brasileira. 2º cenário: João, agente público competente, elaborou o parecer XYZ, que depende de visto da autoridade superior para produção dos seus efeitos.

Com base nas situações narradas e considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto à formação dos atos administrativos, é correto afirmar que

(A) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo complexo. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo composto.

(B) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo composto. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo complexo.

(C) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo composto. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo simples.

(D) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal e o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, caracterizam-se como atos administrativos complexos.

(E) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal e o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, caracterizam-se como atos administrativos compostos.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

1. (FGV - 2026)

Lara, com 16 anos e 4 meses, foi emancipada por instrumento público, por concessão dos pais. Mesmo após a emancipação, continuou residindo com os pais e iniciou atividade profissional como designer. Sem assistência dos genitores, celebrou contrato de financiamento com alienação fiduciária para adquirir um notebook profissional e requereu abertura de conta-corrente em banco digital para receber pagamentos de clientes. O banco, ao analisar a documentação, condicionou a abertura da conta à participação dos pais, como assistentes, na assinatura do contrato, em razão da idade e da suposta incapacidade civil de Lara.

Após a análise da situação hipotética e com base nas normas do Código Civil, é **correto** afirmar que:

(A) a exigência do banco é indevida, pois a emancipação regularmente outorgada confere a Lara capacidade plena para todos os atos da vida civil, inclusive contratar financiamento e abrir conta bancária sem assistência;

(B) a exigência do banco é correta, porque o emancipado até os 18 anos é relativamente incapaz, motivo pelo qual os negócios jurídicos celebrados sem assistência dos pais são anuláveis;

(C) a emancipação confere capacidade apenas para atos de mera administração, não autorizando a contratação de garantias reais; por isso, o banco pode exigir a assistência dos pais para o financiamento;

(D) a emancipação por escritura pública só produz efeitos para terceiros após homologação judicial, sendo legítima a exigência do banco de assistência dos pais para a celebração do contrato;

(E) a abertura de conta-corrente pode ser feita sem os pais, mas o financiamento com alienação fiduciária é nulo sem autorização judicial específica.

2. (FGV - 2024)

Felipe, brasileiro nato, casado, estudante, 16 anos de idade; Renata, brasileira nata, solteira, servidora pública efetiva, 17 anos de idade; e Valter, brasileiro naturalizado, viúvo, aposentado, 83 anos de idade, resolveram constituir uma associação.

Entre os três, a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil encontra-se em

(A) Valter, apenas.

(B) Felipe e Valter, apenas.

(C) Renata e Valter, apenas.

(D) Felipe e Renata, apenas.

(E) Felipe, Renata e Valter.

3. (FGV - 2022)

Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

(A) precisa ser representada por seus pais, porque é absolutamente incapaz;

(B) não precisa da representação de seus pais, porque tem economia própria;

(C) precisa da anuência de seus pais, porque está investida de poderes de representação;

(D) não precisa ser representada por seus pais, porque é pessoa pródiga;

(E) não precisa da assistência de seus pais, porque tem discernimento pleno.

4. (FGV - 2026)

Após o falecimento do fotógrafo João, um portal publicou e manteve no ar fotos do corpo, vídeo do local do óbito e manchetes que citavam o nome completo em tom sensacionalista. A viúva, Laura, e o sobrinho, Pedro, desejam obter ordem judicial para impedir novas publicações e remover o conteúdo já veiculado. O portal afirma que “com a morte, não há mais direito de personalidade e somente a viúva poderia pleitear algo, e apenas em relação ao nome”. Alega, por fim, a legitimidade das publicações em razão da liberdade de expressão e da não intenção de difamação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Em relação à legitimidade de Laura e de Pedro para requerer tais medidas, é **correto** afirmar, com base nas normas do Código Civil, que:

(A) somente Laura possui legitimidade e apenas para retirar o nome das chamadas, porque a vida privada não pode ser protegida após a morte e parentes colaterais não podem atuar nessas hipóteses;

(B) as publicações são livres quando não há intenção difamatória, razão pela qual não cabe remoção ou abstenção de novas matérias, e Laura e Pedro não possuem legitimidade para requerer tais medidas;

(C) Laura e Pedro podem, no máximo, impedir novas menções ao nome em tom depreciativo, mas não podem remover imagens do corpo ou do local do óbito, já que a proteção da intimidade exige que a pessoa esteja viva;

(D) Laura e Pedro podem requerer a cessação das publicações e a remoção do conteúdo, tanto quanto ao uso indevido do nome, quanto em relação à violação da vida privada, pois ambos possuem legitimação para proteger a memória do falecido;

(E) qualquer parente, independentemente do grau, tem legitimidade para impedir futuras publicações, sem necessidade de demonstrar que houve exposição da vida privada ou uso depreciativo do nome do falecido.

5. (FGV - 2021)

João e Amália chegaram a um consenso de que o nome de sua filha seria Cláudia. Entretanto, após o nascimento, aproveitando-se de que sua esposa estava se recuperando da cesárea, João foi ao Registro Civil de Pessoas Naturais e registrou a filha do casal como Maria Cláudia, em homenagem à sua mãe, que se chamava Maria. Meses depois, Amália veio a descobrir o prenome duplo da filha registrado ao precisar utilizar sua certidão de nascimento.

À luz dos ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais atuais, é **correto** afirmar que Amália:

(A) não poderá pleitear que o prenome "Maria" seja excluído do registro da filha, em virtude do princípio da imutabilidade do nome, pois tanto o pai quanto a mãe podem proceder ao registro do filho perante o Registro Civil de Pessoas Naturais;

(B) poderá pleitear que o prenome "Maria" seja excluído do registro da filha, se provar que o genitor agiu, por ocasião do registro civil da criança, de má-fé, com propósito de vingança ou com o escopo de, pela prole, atingir a genitora;

(C) poderá pleitear que o prenome "Maria" seja excluído do registro da filha, porque o exercício do poder familiar pressupõe bilateralidade e consensualidade, ocorrendo, no caso, violação da boa-fé e da lealdade;

(D) não poderá pleitear que o prenome "Maria" seja excluído do registro da filha, porque somente esta, no primeiro ano após atingir a maioridade, poderá fazê-lo pessoalmente ou por procurador bastante;

(E) poderá pleitear que o prenome "Maria" seja excluído do registro da filha somente se comprovar que na declaração de nascido vivo emitida pela maternidade figurava "Cláudia" em lugar de "Maria Cláudia".

6. (FGV - 2023)

A empresa X forma associação com as empresas Y, V e Z.

A associação, que tinha por objeto a conservação do meio ambiente, recebe do Ministério Público, em 2015, um milhão de reais, revertidos de condenação em ação civil pública. O dinheiro é aplicado em investimentos na Bolsa de Valores.

Em 2022, quando o saldo já alçava a três milhões de reais, apesar dos constantes investimentos em ações ambientais, a associação resolve se dissolver.

A empresa X postula, então, a reversão integral do saldo para fundação por si instituída também para a preservação ambiental, tal como previsto no estatuto. Os demais associados impugnam a pretensão.

Nesse caso, é **correto** afirmar que:

(A) é nula a cláusula que determina a reversão em favor de fundação instituída pela empresa X, de modo que o saldo deve ser rateado entre todos os associados de maneira proporcional;

(B) embora seja nula a cláusula que determina a reversão em favor de fundação instituída pela empresa X, não é possível exercer controle jurisdicional sobre o estatuto das associações, diante de sua autonomia jurídica com sede constitucional;

(C) a cláusula estatutária deve ser aplicada em relação apenas ao valor originário de um milhão de reais; o restante deve ser compartilhado de maneira proporcional entre os demais, por constituir patrimônio comum, acumulado no curso da atividade associativa;

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2026)

Ao tratar das práticas comerciais, no Capítulo V, o Código de Defesa do Consumidor contém minuciosas disposições sobre a oferta de produtos e serviços, bem como sobre a publicidade em relação a eles.

Considerando-se as disposições desse capítulo da Lei nº 8.078/1990, é **correto** afirmar que:

(A) o fornecedor deverá veicular a publicidade de forma que o consumidor possa, fácil e imediatamente, identificá-la, além de ser obrigado a manter em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem;

(B) os fabricantes e importadores de produtos deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição deles enquanto não cessar a fabricação ou importação, e após qualquer um desses eventos, pelo prazo mínimo de cinco anos;

(C) é enganosa qualquer modalidade de informação de caráter publicitário capaz de induzir a erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem e preço sobre produtos e serviços, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança;

(D) quando o fornecedor se utilizar de publicidade enganosa ou abusiva, o consumidor poderá pleitear indenização, bem como a abstenção da prática do ato, sob pena de execução específica, sem prejuízo da multa cabível e da imposição de contrapropaganda, na seara administrativa ou judicial;

(E) a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações gravadas de forma indelével, corretas, claras, precisas, ostensivas, sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

2. (FGV - 2022)

Determinada publicidade televisiva sobre um produto eletrônico informava que os dados sobre preço e forma de pagamento pelo produto poderiam ser obtidos por meio de contato telefônico, que se realizava de modo tarifado.

Instado a julgar o processo que descreveu na causa de pedir tais fatos, e considerando o direito à informação como garantia fundamental da pessoa humana e como algo que impacta na autodeterminação e liberdade de escolha do consumidor, seguindo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é **correto** considerar que:

(A) a situação narrada configura publicidade enganosa por omissão, mesmo se a compra não tiver sido concretizada;

(B) o dever de informar é tratado como dever anexo às relações de consumo, e o caso não configura publicidade enganosa;

(C) a modalidade omissiva não consagra publicidade enganosa, prevista na forma comissiva decorrente de uma afirmação;

(D) a situação narrada configura publicidade abusiva por omissão, mas somente se a compra tiver sido concretizada;

(E) a publicidade enganosa por omissão somente será caracterizada caso se concretize a compra do produto.

3. (FGV - 2025)

Afonso aderiu a um sistema de consórcio para aquisição de máquinas agrícolas, mas não conseguiu pagar as parcelas até o final do contrato e não foi contemplado com o bem pretendido nos sorteios realizados, restando inadimplente.

Diante do fato narrado e considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que Afonso:

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(A) incorrerá na perda total das prestações pagas diante da resolução do contrato por inadimplemento, exceto se o credor optar por outra forma de compensação dos prejuízos;
(B) terá direito à compensação ou à restituição das prestações pagas em caso de resolução do contrato por inadimplemento, monetariamente atualizada;
(C) incorrerá na perda total das prestações pagas e deverá suportar os prejuízos causados ao grupo consorcial pelo seu inadimplemento;
(D) não poderá incorrer na perda total das prestações pagas, mas deverá suportar os prejuízos causados ao grupo consorcial pelo seu inadimplemento;
(E) terá direito à restituição das prestações pagas em caso de resolução do contrato e não responderá pelos prejuízos causados ao grupo consorcial decorrentes do inadimplemento.

4. (FGV - 2025)

No dia 30 de maio de 2025, uma sociedade empresarial de médio porte realizou a contratação de serviços de limpeza pela internet com Urupema Serviços de Limpeza Ltda. Todavia, no dia 04 de junho de 2025, a consumidora recebeu proposta mais vantajosa pelo serviço e enviou mensagem para a referida empresa, informando sua desistência do contrato.

Considerando-se o caso narrado e as disposições do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:
(A) em razão de não terem decorrido 7 dias da contratação, a sociedade empresária poderá exercer seu direito de arrependimento e desistir do contrato;
(B) em razão de terem decorrido mais de 48 horas da contratação, a sociedade empresária não poderá exercer seu direito de arrependimento e desistir do contrato;
(C) em razão de não terem decorrido 15 dias da contratação, a sociedade empresária poderá exercer seu direito de arrependimento e desistir do contrato, mas não terá direito à devolução dos valores eventualmente pagos a qualquer título ao fornecedor;
(D) em razão de terem decorrido mais de 2 dias úteis da contratação, a sociedade empresária não poderá exercer seu direito de arrependimento e desistir do contrato;
(E) em razão de não terem decorrido 10 dias da contratação, a sociedade empresária poderá exercer seu direito de arrependimento e desistir do contrato, podendo pleitear a devolução dos valores eventualmente pagos a qualquer título ao fornecedor.

5. (FGV - 2024)

Carlos, um consumidor, celebrou um contrato de adesão para aquisição de um pacote turístico.

Ao ler atentamente o contrato, Carlos identificou uma cláusula que determinava que ele não poderia requerer indenização à empresa em caso de eventuais prejuízos decorrentes de cancelamentos por causas naturais.

Preocupado, Carlos procura você, como advogado(a), para buscar amparo legal e entender a validade da cláusula em questão. Diante disso, assinale a afirmativa que apresenta, **corretamente**, sua orientação.
(A) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, e essa cláusula específica não está listada entre as proibidas.
(B) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC possui um rol taxativo de cláusulas abusivas, e essa cláusula não está listada entre as permitidas.
(C) A cláusula é válida, porque o Art. 51 do CDC, que possui um rol de cláusulas abusivas, não se aplica aos contratos de adesão.
(D) A cláusula é inválida, porque o Art. 51 do CDC apresenta um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, permitindo a anulação das cláusulas que se mostrem abusivas, mesmo que não listadas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL

1. (FGV - 2025)

Nécia e Kerlon são americanos domiciliados no Brasil e vivem em união estável há 20 anos. Ambos decidem adotar uma criança do sexo feminino com idade de até 10 anos. Após passarem, com êxito, pelo procedimento de habilitação à adoção, recusam, injustificadamente, duas crianças indicadas dentro do perfil escolhido. Uma terceira criança, Bia, de 8 anos de idade, foi então indicada, e a convivência com o casal se mostrou exitosa. Com isso, decidem adotar Bia.

Entretanto, antes de ser julgada a ação de adoção, o casal desiste de adotar Bia, ao argumento de que ela se comportava de maneira muito agressiva, atrapalhando a rotina da família, principalmente quando contrariada com relação aos seus afazeres diários.

Considerando o caso narrado e as disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

(A) após três recusas injustificadas, pelo habilitado, à adoção de crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, haverá a suspensão da habilitação concedida;

(B) a adoção de Bia pelo casal, de acordo com a Lei nº 8.069/1990, somente seria possível se comprovado que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira;

(C) no caso, por se tratar de casal estrangeiro, o estágio de convivência com a criança será de, no mínimo, 30 dias e, no máximo, 45 dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária;

(D) é permitida a adoção na hipótese, pois, de acordo com a Lei nº 8.069/1990, para adoção conjunta, é indispensável, no mínimo, que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que mantenham ou tenham mantido união estável;

(E) a desistência do pretendente em relação à guarda para fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção importará na sua exclusão dos cadastros de adoção, admitida nova habilitação somente após o transcurso do prazo de cinco anos.

2. (FGV - 2024)

Para que se efetivem os direitos das crianças e dos adolescentes, amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n.o 8.069, de 13 de julho de 1990, é preciso considerar que:

I. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

II. Os estados devem assumir, de forma exclusiva, a incumbência de estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

III. A criança e o adolescente têm direito ao atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

IV. O Estado deve assegurar à criança e ao adolescente o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Está correto o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e III.

(C) I, II e III.

(D) I, II e IV.

(E) I, III e IV.

3. (FGV - 2023)

A mãe de Joaquim, criança com necessidades especiais, requereu acompanhamento por professor especializado em atendimento de pessoas com deficiência à escola-creche pública municipal em que o filho estuda. A escola-creche, no entanto, alegou carência de tais profissionais, porque o custo muito alto impedia que a municipalidade os contratasse.

Ao consultar você, como advogado(a), a genitora recebeu a seguinte orientação.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

(A) A criança tem direito à educação, não se inserindo nesse plexo, porém, o direito individual e específico de acompanhamento especializado.
(B) Joaquim deve ter acesso à educação com metodologia especial, não significando, porém, que seja mandatória a presença de profissional especial.
(C) A atenção especial por profissional especializado é devida a Joaquim, não sendo oponível a dificuldade orçamentária declarada pela municipalidade.
(D) O ensino especializado é devido nas condições em que a entidade for capaz, não sendo obrigatória a presença de profissional especificamente capacitado, em razão da aplicabilidade da reserva do possível.

4. (FGV - 2023)

De acordo com o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), em casos de maus-tratos envolvendo os alunos da escola; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; e elevados níveis de repetência, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar:

(A) à Delegacia distrital.
(B) ao Conselho Tutelar.
(C) ao Ministério Público.
(D) aos Responsáveis Legais.
(E) à Vara da Infância e Juventude.

5. (FGV - 2023)

A entidade governamental *Casa dos Anjos*, destinada a programa de internação de adolescentes em conflito com a lei, recebeu inspeção de fiscalização por parte do Ministério Público.

Nesta visita, restou constatado que a instituição não dispunha de diversos elementos essenciais para a manutenção condigna dos adolescentes sujeitos à medida socioeducativa, inexistindo, por exemplo, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos adequados.

Com base nos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

(A) Poderá ser interrompido o repasse de verbas públicas para a entidade, enquanto ela não sanar as irregularidades.
(B) Poderá ser determinado o afastamento temporário dos dirigentes da Casa dos Anjos.
(C) Poderá haver a cassação do registro da instituição em questão.
(D) Tratando-se de entidade governamental, não há medidas sancionatórias específicas cabíveis.

6. (FGV - 2023)

Sobre a execução de medidas socioeducativas, é correto afirmar que:

(A) a execução das medidas socioeducativas é da competência do juízo do local onde foi praticado o ato infracional;
(B) a regressão para medida socioeducativa mais gravosa prescinde da escuta do adolescente;
(C) suspensa a execução da medida socioeducativa por motivo de deficiência mental, a suspensão deve ser reavaliada a cada três meses;
(D) a impugnação ao plano de atendimento individual suspende a execução da medida;
(E) na unificação de medidas socioeducativas em virtude de nova sentença é possível a aplicação de internação se o ato infracional é posterior a outra medida igual já cumprida.

7. (FGV - 2025)

Herminda, de 50 anos, é tia materna de Júlia, de 16 anos. Após verificar que Júlia teve notas baixas no colégio, Herminda decidiu ir à porta da escola e, com o intuito de correção, ridicularizou e humilhou a adolescente na frente de seus colegas, dizendo que Júlia era desleixada, que nunca conseguiria acesso à universidade, sendo uma vergonha para a família.

Os pais de Júlia tomaram conhecimento do fato e ficaram revoltados. Decidiram, então, procurar você, como advogado(a), para que indicasse a orientação jurídica adequada para sancionar oato praticado por Herminda.

Nesse caso, de acordo com o ECA, assinale a afirmativa queapresenta, corretamente, sua orientação.

(A) Herminda pode ser encaminhada a cursos ou programas deorientação, sendo que a aplicação dessa medida só pode serfeita pela autoridade judiciária.
(B) Herminda, em virtude de tal ato, pode receber sanções, comoa advertência, a ser aplicada pelo Conselho Tutelar, semprejuízo de outras providências legais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2024)

Semana passada, Moisés, aos nove anos de idade, presenciou o homicídio de seu avô, Genaro, conhecido miliciano que foi executado com cinco tiros dentro de casa, quando a criança estava sob seus cuidados, sendo certo que a vítima integrava a rede de apoio do menor.

Considerando que há necessidade de ouvir Moisés como testemunha do mencionado delito, à luz do disposto na Lei nº 13.431/2017 acerca do depoimento especial, é **correto** afirmar que a aludida norma

(A) não deve ser aplicada na situação descrita, na medida em que não abarca as hipóteses em que o menor é testemunha.

(B) não deve ser aplicada na situação descrita, pois não se enquadra nas hipóteses de violência previstas no aludido diploma legal.

(C) deve ser aplicada, de modo que é vedada a gravação do depoimento especial em áudio e vídeo.

(D) deve ser aplicada, de modo que é necessária a aplicação do rito cautelar de antecipação de prova ao depoimento especial em questão.

(E) deve ser aplicada, de modo que o depoimento especial será transmitido em tempo real para a sala de audiência, preservado o sigilo, no curso do processo judicial.

2. (FGV - 2022)

O delegado titular da 5ª DP instaura inquérito policial para apurar o crime de estupro de vulnerável, em que figura como vítima a criança Bárbara, de 10 anos, sendo o suposto autor do fato o seu padrasto, André. Por entender que inexistem elementos para a propositura de ação cautelar de produção antecipada de prova judicial, o Ministério Público requer à autoridade policial a coleta do testemunho de Bárbara.

Na hipótese narrada, o delegado deverá realizar:

(A) a escuta especializada da criança, na medida em que o depoimento especial é ato privativo da autoridade judicial;

(B) o depoimento especial da criança, que é o procedimento de entrevista da criança ou adolescente perante o órgão da rede de proteção;

(C) a escuta especializada da criança, uma vez que o depoimento especial somente se aplica a crianças com idade inferior a 7 anos;

(D) o depoimento especial da criança, observado o protocolo previsto em lei para essa hipótese e com gravação em áudio e vídeo, para instrução do inquérito policial;

(E) a escuta especializada da criança, que é o procedimento realizado pela autoridade policial na fase inquisitiva, não estando sujeito ao princípio do contraditório.

3. (FGV - 2022)

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (**V**) para a verdadeira e (**F**) para a falsa.

( ) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

( ) O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

( ) A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

( ) Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

(A) V – F – F – V.

(B) V – F – F – F.

(C) F – V – V – F.

(D) F – V – V – V.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

4. (FGV - 2022)

Ao sair do trabalho e a caminho de casa, Paulo deparou-se com um cadáver, que parecia ter sido baleado. De pronto, entrou em contato com a autoridade policial e informou o ocorrido.

Nesse caso, estamos diante de

(A) Notitia criminis espontânea de cognição imediata.

(B) Notitia criminis espontânea de cognição mediata.

(C) Notitia criminis provocada.

(D) Delatio criminis.

(E) Notitia criminis de cognição coercitiva.

5. (FGV - 2025)

Leda se candidatou a uma vaga de emprego na sociedade empresária X. Ao se apresentar, a sócia-administradora Vera afirmou que "pessoas de cor de pele escura não são compatíveis com o perfil da vaga", impedindo, assim, que Leda prosseguisse no processo seletivo. Indignada, Leda procura você, como advogado(a), a fim de defender seus interesses.

Atuando na seara criminal em defesa dos interesses de Leda, você pode

(A) propor acordo de não persecução penal à sociedade empresária X.

(B) ajuizar queixa-crime em face de Vera pelo delito de ação penal privada em tese ocorrido.

(C) promover, diretamente, a ação penal privada subsidiária da pública, de competência da Justiça Federal.

(D) comunicar o fato à autoridade policial e/ou ao Ministério Público, por se tratar de fato sujeito à ação penal pública incondicionada.

6. (FGV - 2025)

Bernardo agrediu Carolina, sua ex-companheira, causando-lhe lesões corporais leves, em razão de a vítima ser mulher. O delito em questão é apenado com reclusão de dois a cinco anos.

Na qualidade de advogado(a) de Carolina, cabe notar que,

(A) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis; ademais, não é cabível o Acordo de Não Persecução Penal, não havendo medida processual consensual em favor de Bernardo.

(B) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, mas Bernardo não pode se beneficiar de sursis processual ante a quantidade de pena abstratamente cominada ao delito.

(C) apesar do término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são aplicáveis, de forma a se admitir a retratação da representação de Carolina, antes do recebimento da denúncia, em audiência especialmente designada para tal fim.

(D) devido ao término do relacionamento, as disposições da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher não são aplicáveis, de modo que Bernardo pode se beneficiar de *sursis* processual.

7. (FGV - 2024)

Sobre o acordo de não persecução penal, é **correto** afirmar que

(A) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.

(B) pode ser proposto pelo juiz.

(C) exige a confissão do investigado.

(D) independe do cumprimento de condições.

(E) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

8. (FGV - 2023)

Fábio percebeu, em sua vizinhança, estranha movimentação, desconfiando se tratar de um ponto de venda de drogas. Colheu as imagens das câmeras de segurança de sua residência, que mostram boa parte da extensão da rua, e percebeu que lá havia imagens nítidas de pessoas comercializando substância aparentemente entorpecente. Fábio decide, então, adotar alguma providência, considerando que o tráfico de drogas é crime de ação penal pública incondicionada.

Nesse caso, Fábio

(A) não detém legitimidade para provocar a iniciativa do Ministério Público, que somente atua por provocação da autoridade policial.

(B) apenas poderia provocar a iniciativa do Ministério Público se fosse vítima direta da atuação delituosa, o que não ocorreu no caso relatado.

(C) poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, mas lhe é vedado fornecer as imagens, sem que tenham sido previamente confirmadas pela autoridade policial.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

DIREITOS HUMANOS E TUTELA COLETIVA

1. (FGV - 2025)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no interior do Sistema Nacional do Meio Ambiente, tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.938/1981, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão

(A) consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(B) superior e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(C) consultivo e executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(D) central e executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

(E) superior e central do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

2. (FGV - 2024)

De acordo com a Lei nº 6938/1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), cujo órgão consultivo e deliberativo é

(A) o IBAMA.

(B) o CONAMA.

(C) o Conselho de Governo.

(D) o Instituto Chico Mendes.

(E) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

3. (FGV - 2023)

Lucinda estava estudando para concurso público, quando decidiu aprofundar seu aprendizado acerca do panorama institucional e das atribuições dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), na forma estabelecida na Lei no 6.938/81.

Na respectiva estruturação, é textualmente citado na mencionada lei, entre aqueles designados de órgãos executores, ou seja, entre os que têm a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências,

(A) o Conselho de Governo.

(B) o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

(C) o órgão estadual integrante do SISNAMA.

(D) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

(E) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.

4. (FGV - 2025)

O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei no 12.651/2012, analise as afirmativas a seguir:

I. O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.

II. A servidão ambiental temporária poderá ser onerosa ou gratuita, vedando-se a perpetuidade do referido instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

III. O prazo mínimo da servidão ambiental é de dez anos.

Nesse cenário, é **correto** o que se afirma em

(A) **I, apen**as.
(B) **II, apen**as.
(C) **III, apen**as.
(D) **I e III, apen**as.
(E) **I, II e III**.

5. (FGV - 2025)

A Política Nacional do Meio Ambiente preconiza que o controle e a preservação de recursos hídricos devem ser

(A) baseados exclusivamente em normas municipais, sem interferência federal ou estadual.
(B) mantidos apenas quando há significativa influência econômica da atividade sobre a qualidade da água.
(C) realizados por meio de instrumentos como o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais (AIA).
(D) regidos por normas específicas vinculadas unicamente ao zoneamento agrícola.
(E) limitados à regulação sobre corpos hídricos superficiais, sem conexão com os subterrâneos.

6. (FGV - 2024)

A Lei n.º 6.938, de 1981, e suas atualizações são um marco na legislação ambiental brasileira, instituindo a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Seu principal objetivo é promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Essa lei exerce uma influência significativa no setor energético brasileiro, garantindo que o desenvolvimento energético ocorra de maneira sustentável e equilibrada, minimizando os impactos ambientais negativos.

Nesse contexto e tendo como base a referida lei, analise as afirmativas a seguir.

I. A produção de energia termoelétrica enquadra-se na categoria de "Serviços de Utilidade" como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

II. A produção de petróleo e gás natural enquadra-se na categoria "Extração e Tratamento de Minerais" como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

III. A geração fotovoltaica enquadra-se na categoria "Indústrias Diversas" como atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais.

Está correto o que se afirma em

(A) **I, apen**as.
(B) **I e II, apen**as.
(C) **I e III, apen**as.
(D) **II e III, apen**as.
(E) **I, II e I**II.

7. (FGV - 2025)

Em janeiro de 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao editar a Recomendação nº 123, orientou os órgãos do Poder Judiciário quanto à observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e à utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), bem como apontou para a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas.

Sobre o exercício do controle de convencionalidade, é correto afirmar que:

(A) O controle de convencionalidade traduz-se na verificação da compatibilidade da Constituição de um Estado com as normas dos tratados internacionais firmados e incorporados pelo país.
(B) A compatibilização das decisões internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro, de modo a aplicar a norma mais benéfica à promoção dos direitos humanos, é prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal (STF).
(C) O controle de convencionalidade não é exercido de ofício pelos órgãos do Poder Judiciário, tratando-se de função provocada, pois ainda não foi instituída uma estrutura institucional dirigida à fiscalização e ao monitoramento da agenda de direitos humanos pelos Estados.
(D) A supressão, a revogação e a suspensão dos efeitos jurídicos de determinada norma no direito brasileiro podem ser realizadas por meio do controle de convencionalidade se houver afronta à Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).
(E) O controle de convencionalidade, quando de matriz internacional, opõe-se ao controle interno de constitucionalidade e dele é excludente. Os dois sistemas não coexistem no mesmo ordenamento jurídico.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.